

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de **Junho**.-----

Aos **trinta dias** do mês de **Junho de dois mil e dezassete**, (sexta-feira), pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, na Casa Municipal da Cultura, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um- **Período antes da Ordem do Dia**.-----

Um ponto um- **Apreciação das Atas**. -----

Um ponto dois- **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente**.----

Um ponto três- **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local**. -----

Ponto dois- **Informação do Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade Municipal**.-----

Ponto três- **Período destinado à intervenção do público**.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. **Raul Garcia**, ordenou que se procedesse à assinatura do livro de ponto, verificando-se as presenças de todos os Deputados Municipais, com exceção da Deputada Municipal Dr. Dr.^a **Nélia Alves**.-----

Estiveram também presentes os Presidentes de Juntas de Freguesia de **Pedrógão Grande, Graça e Vila Facaia**.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente, e respetivos Vereadores, com exceção do vereador senhor Eng.^o António Pena, que não esteve presente.-----

Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, ficando assim, a mesa da Assembleia Municipal, constituída pelos: Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raul Garcia**, pelo primeiro secretário senhor Dr. **Luís Filipe**, pelo segundo secretário senhor **Joaquim Palheira**, pelo Presidente da Câmara Municipal, senhor **Valdemar Alves**. Para prestar apoio técnico-administrativo, estiveram presentes: o Chefe de Divisão, senhor **José Lopes**, a Técnica Superior, da área da contabilidade Dr.^a **Ana Dias** e a Coordenadora Técnica, nomeada para redigir as atas da Assembleia Municipal, **Jacinta Paes**. -----

Ponto um- **Período Antes da Ordem do Dia**: - O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Dr. Raul Garcia, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão, propondo um minuto de silêncio, pelo falecimento das vítimas do incêndio, que deflagrou no concelho a 17 de Junho, o que foi aceite por todos os membros, pelo que se procedeu a esse ato, precedido da leitura dos nomes dos respetivos cidadãos.-----

Um, ponto um- **Apreciação das Atas** - Foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submetida à leitura, discussão e votação a ata número **dezanove** do mês de **Abril de dois mil e dezassete**, sendo a mesma aprovada com uma abstenção. -----

Proseguiu-se com a ordem de trabalhos, no seu ponto um, ponto dois- **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.** O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, fez a leitura resumida da correspondência, colocando os documentos à disposição para consulta. -----

A sessão prosseguiu com a **apreciação por qualquer membro, de assuntos de interesse local**, no seu ponto um, ponto três, com as intervenções do senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande**, que propôs um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande, extensivo a todos os que estiveram no terreno, manifestando também um voto de pesar a todos os familiares das vítimas do incêndio, no nosso concelho. Proseguiu questionando acerca dos donativos e quantia deixados aquando da visita de delegação Chinesa ao Município. Referiu-se novamente aos documentos solicitados em reuniões anteriores.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Eng. **Rui Gomes**, para também manifestar o seu pesar por toda esta grande tragédia, manifestar votos de pesar especialmente pela perda de vidas humanas. Um voto de louvor aos Bombeiros Pedroguenses, aos estrangeiros residentes, aos voluntários, aos Portugueses, a todos que de uma maneira geral se envolveram a abraçar esta causa. Considerando, contudo, que a culpa se deve a todos nós, que possamos todos aprender com os erros, pois só assim podemos reduzir a probabilidade de uma calamidade desta natureza voltar a acontecer, aconselhando a pensar-se no futuro com humildade e trabalho. -----

Seguidamente tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Dr.ª. **Magda David**, que depois de cumprimentar todos, manifestou as condolências a todas as famílias vítimas do incêndio, referindo-se que corrobora com o voto de louvor sugerido pelo Engº Rui Gomes. Manifestou-se ainda quanto à prestação dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande, que poderiam os mesmos ter agido de outra forma no terreno em relação à prevenção, dado que “quando os senhores Jorge Humberto e João Dias eram Comandantes, viam-se carros de Bombeiros durante todo o verão espalhados pelo concelho a fazer prevenção, ao contrário deste actual comando”.-----

Questionou de seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal acerca de uma espera de resposta para intervenção no terreno, de uma equipa de psicólogos voluntários de Coimbra intitulado «Viver depois das cinzas» disponibilizando-se para qualquer ajuda nesse sentido, pois afirma conhecer as necessidades do concelho.-----

Tomou de seguida a palavra o senhor Deputado Municipal Dr. **Rui Capitão**, para se referir a assuntos relacionados com o recente incêndio, cujo documento se dá por integralmente transcrito, fazendo parte integral desta ata. -----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luis Paulo** para também apresentar condolências às famílias das vitimas, referindo ser o momento de união entre todos, propondo ainda transparência dos

donativos. Proseguiu felicitando o senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua atuação. Terminou solicitando apuramento de responsabilidades. -----

Tomou ainda a palavra o senhor Deputado Municipal Dr. **Ulisses Quevedo**, que remeteu documento sobre a recente tragédia do incêndio, que se dá por integralmente transcrito, fazendo parte integral desta ata. ---

Também o senhor Deputado Municipal Dr. **Luís Filipe**, apresentou um voto de pesar pelas vítimas, pela recuperação dos feridos e de todos os que sofreram nesta calamidade, esperando rápida recuperação das habitações e bens materiais, apresentando também um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários, extensível a todos os que são voluntários e dão a vida pelas causas dos outros, enaltecendo também a onda de solidariedade Nacional e Internacional. Mais refere primar pelo rigor e transparência no que concerne aos donativos, entendendo que devem ser aproveitadas as oportunidades de fixação de empresas, da criação de postos de trabalho, chamando à coação e desafio o Poder Central. Referiu-se à era das comunicações, pelo que se torna fundamental solicitar a colocação de fibra em todas as povoações do concelho. -----

Também o senhor Deputado Municipal **Américo Rocha**, em representação da Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, se referiu à mesma tragédia, cujo texto se dá por integralmente transcrito, fazendo parte integral desta ata.-----

Findas as intervenções dos Deputados Municipais nesta primeira fase, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que agradeceu publicamente aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que sofreram e lutaram, junto das populações no tremendo incêndio do dia 17 do corrente.-----

Dirigiu-se de seguida ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedrogão Grande, senhor Pedro Nunes, informando que a documentação para consulta nos serviços municipais, se encontra à disposição. Em relação aos donativos da delegação Chinesa, esclarece que a quantia oferecida foi cerca de cinquenta mil euros.-----

Referiu seguidamente o Plano de Acção que os diferentes técnicos e psicólogos têm tido no terreno para cobertura do território sob a alçada dos vários Ministérios.-----

Esclareceu seguidamente as diferentes dúvidas colocadas pelos senhores Deputados, referindo-se especialmente à criação de postos de trabalho pela empresa Lusiaves, que será importante para a economia concelhia.-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** teve de se ausentar da Assembleia Municipal por razões que justificou, tendo o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interrompido os trabalhos pelo tempo necessário.-----

Após o regresso de todos os Deputados Municipais á sala dos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início a uma segunda volta de questões, pelos Deputados Municipais.-----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia**, tomou a palavra para se referir ao incêndio e a todas as suas consequências e meios utilizados pela Junta de Freguesia, lamentando a falta de apoio dos Bombeiros. Mais refere ter solicitado à Ascendi a limpeza da estrada junto à localidade dos Pobrais.-----

O senhor Deputado Municipal **Fernando Antunes**, usou a palavra para se referir aos contributos financeiros angariados e que terão tido destino diferente do anunciado pela comunicação social, no caso, à União das Misericórdias.-----

Tomou ainda a palavra o senhor Deputado Municipal Dr. **Rui Capitão**, referiu-se sobretudo a políticas de reflorestação concelhia e a prolongamento de apoios no tempo, a fim de que todos sejam contemplados, enquanto o deputado Dr. **Ulisses Quevedo** demonstrou mais uma vez a preocupação pelo futuro da madeira queimada e respetivo valor e escoamento.-----

Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Paula Rita**, que manifestou a falta de apoio dos Bombeiros naquele fatídico incêndio.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim Palheira**, que se mostrou solidário com a grande maioria, comunga do mesmo espírito de tristeza e canalizou a sua senha de presença para ajuda às vítimas. Todos os restantes Deputados Municipais comungaram da mesma opinião com exceção o Dr. Ulisses Quevedo e Paula Carvalho, que justificaram as suas decisões.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Dr. Raul Garcia que manifestou o seu pesar e apreensão pelo trágico acontecimento e mostrou-se preocupado com o futuro da população mais fragilizada ainda e que será a mais atingida, especialmente no futuro próximo, quando os bens ainda existentes começarem a escassear.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Graça**, que manifestou pesar pela tragédia, falta de algum apoio, afirmando ainda não terem faltado bens alimentares, solicitando que se revejam isenções de impostos para situações que irão surgindo e o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande**, lamentou a falta de meios e Bombeiros.-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para se referir à União das Misericórdias como pessoas honradas e merecedoras de respeito, pois trata-se de Instituição Secular, supervisionada pela Igreja Católica, pelo que não caberá aqui qualquer questão a esse respeito, opinião essa corroborada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que entende não poder essa Instituição ser posta em causa.---

Passou-se de seguida ao ponto dois da Ordem de Trabalhos-**Informação do Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade Municipal**, tendo tomado a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para referir ter sido atempadamente distribuída toda a informação sobre a atividade Municipal.-

Fez uma referencia generalizada a todas as obras em curso disponibilizando-se para eventuais questões. ----

Ponto três- **Período destinado à intervenção do público**.-----

Assim, o primeiro munícipe a solicitar intervenção foi o senhor **Dr. José Marques** que se congratulou pelo exercício da Democracia nesta Assembleia Municipal, afirmando culpa generalizada do que aconteceu e entendendo dever haver concertação e unidade para a resolução dos problemas em causa.-----

A segunda munícipe, senhora **D. Maria de Lurdes**, afirma ter gostado de ouvir o senhor Deputado Dr. Ulisses Quevedo, pois o assunto da floresta interessa a todos nesta fase.-----

O terceiro munícipe senhor Eng.º **Ricardo Fernandes** que começa por dizer este incêndio ter sido uma calamidade e afirma que o Centro de Saude terá encerrado ao inicio da tarde e não ter havido permissão para a sua abertura mais tarde, questão também abordada pelo munícipe Dr. **Aires Henriques**.-----

Sobre esta questão o senhor Dr. **Raul Garcia**, afirmou não ser esta informação correta, pois não sabendo ainda da dimensão do incêndio, o Centro de Saúde terá encerrado pelas 18H 30 (dezoito horas e trinta minutos). Pelas 22H 15 (vinte e duas horas e quinze minutos), recebeu um telefonema da enfermeira que perguntou se podia abrir o Centro de Saúde. Assim após autorização do senhor Diretor Executivo da ACES, foi o mesmo aberto. -----

O senhor Dr. **Raul Garcia** manifestou a sua surpresa, por o senhor Presidente da Câmara Municipal, nunca o ter contactado, em momento algum! -----

Outro Munícipe o senhor **Paulo Silva**- interveio referindo-se ao trabalho e apoio dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Protecção Civil, Presidente da Câmara Municipal, às populações. Felicita o senhor Presidente da Assembleia Municipal, do modo como conduziu os trabalhos. A finalizar demonstrou preocupação por não ter havido carros de Bombeiros no dia do incêndio.-----

Ainda outro Munícipe senhor **Pedro Pereira**-referiu desconhecer as razões das falhas havidas e falta de socorro, no incêndio.-----

Para terminar, o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as intervenções, informando que fará o que estiver ao seu alcance, para o bem das populações do concelho.-----

E não havendo mais intervenções foi a presente Ata aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

Eram zero horas e trinta minutos do dia um de Julho, quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, e eu Jacinta Maria Lourenço Paes, funcionária nomeada para o efeito a redigi.-

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

Documento que faz parte integral desta ata, do senhor Deputado Municipal Dr. **Rui Capitão**.-----

“ ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE, 30/06/2017.

Apresento a todos os presentes os meus respeitosos cumprimentos.

Pela primeira vez, durante quase 8 anos como eleito municipal, ao contrário da postura até aqui assumida nas minhas intervenções, vejo-me obrigado escrever o conteúdo da mesma e de aqui a ler porque a minha responsabilidade política enquanto elemento que compõe este órgão deliberativo, a solenidade e a gravidade dos acontecimentos recentes, impares na história do concelho e do país a tanto obriga. Não sairei desta casa com a consciência tranquila, porque a bem da verdade ninguém o pode fazer! De um modo ou de outro, políticos e sociedade civil todos acabam por ter o seu quanto de co-responsabilidade nesta matéria, uns por acção outros por omissão, outros pela conivência e outros pela inércia. Sairei triste mas substancialmente aliviado depois de dizer aquilo que acho que deve ser dito e perguntado sobre um acontecimento fatídico que não foi normal, porque as coisas não acontecem por ordem do divino espírito santo.

Não posso deixar de, em primeiro lugar, prestar as minha sentidas condolências aos familiares e amigos das vítimas dos incêndios, quer aos naturais do concelho quer aos não naturais mas residentes quer aos que se encontravam de passagem.

Também eu, como vós, porque somos um concelho pequeno, também conhecia os Pedrogueses que faleceram, a sua esmagadora maioria de Vila Facaia e das aldeias limítrofe da Figueira e Nodeirinho da freguesia da Graça. Não posso deixar de mandar um voto de coragem a todos quantos perderam as suas habitações e o seu refúgio e um voto de pesar aos familiares e amigos do bombeiro Gonçalo Conceição “Assa” pertencente ao corpo activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pêra. Um dos heróis do fatídico dia de 17 de Junho de 2017. Acredito na solidariedade dos Portugueses e que as ajudas virão, receio, mas teremos reclamar todos, que venham em tempo útil com a dignidade que a gravidade impõe.

Não posso deixar de publicamente louvar e de dar os meus agradecimentos a todos os bombeiros voluntários, a todas as corporações destacadas a este incêndio; aos sapadores; às equipas dos Canarinhos; aos militares que combateram as chamas. Ser-me-á permitido que enfoque o trabalho a dedicação e coragem dos Srs. Comandantes e respectivos comando dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande; Figueiró dos Vinhos e da Castanheira de Pêra (estes últimos apesar de destroçados pelo trágico acidente que afetou os seus companheiros permaneceram em missão e em combate); a todos os bombeiros dos seus quadros activos, homens e mulheres de que com os seus concelhos a arder estavam em espírito de

missão e sacrifício longe dos seus bens a tentar combater e fazer os impossíveis, pelos outros; às suas direcções; aos seus quadros de honra.

Pelo que presenciei, constatei e vi, estendo o mesmo louvor ao Agrupamento de Escuteiros de Pedrógão Grande que foram incansáveis; a todos os escuteiros de outros agrupamentos; aos homens e mulheres deste concelho que nos seus carros percorreram quilómetros até às linhas mais avançadas de fogo para levarem águas e mantimentos aos combatentes e aos desalojados e vítimas; aos voluntários e população civil que uniu esforços no combate ao flagelo iniciado a 17/06/2017 aos verdadeiros voluntários, e somente a estes, que marcharam até Pedrógão para ajudar. Aos funcionários da CMPG que se viram apertados com a carga de trabalho. Aos Pedroguenses a todos quantos se viram sozinhos e tiveram coragem para combater e defender as suas casas a sua vida que é a vida de Pedrógão.

Abrindo um parêntesis – Ditaram os deveres de cumprir com as obrigações por mim assumidas há dois anos como elemento do corpo directivo da AHBVPG, que assistisse à calamidade iniciada do dia 17 do corrente e a acompanhasse até final.

Estive no terreno de forma ininterrupta desde as 17H00 do dia 17 às 03:00 do dia 19. Percorri dezenas e dezenas de quilómetros entre o quartel e o Posto de Comando sediado no estaleiro municipal, a transportar refeições e reforços a este para dali partirem e serem levadas pelos escuteiros e distribuídas aos combatentes; mas também e essencialmente para transmitir a quem se encontrava no Posto de Comando os sinais de alarme, pânico e pedidos de ajuda e socorro que chegavam ao quartel de casas a arder e de populações e pessoas em perigo e que iam chegando ao quartel via telefone (e isto enquanto enquanto houve comunicações), quer depois com pedidos de socorro na primeira pessoa de pedroguenses e estrangeiros residentes desesperados que nas suas viaturas em fuga do fogo se abeiravam no quartel, solicitando ajuda, outros vindos a pé descalços procuravam refugio; outros que chegavam ao quartel gritando o desaparecimento de filhos e familiares em prantos sentidos e desesperados.

Na ausência de comunicações móveis porque deixaram de funcionar na ausência do SIRESPE e de meios de comunicações entre o próprio quartel e o posto de comando era necessário fazer chegar tais informações ao centro de comando para serem filtradas dando conhecimento do sucedido o que eu e outros fizemos.

No quartel por volta das 22H00 presenciei os primeiros relatos de mortes – Ramalho e Figueira, relatos e notícias dadas pelos próprios familiares das vítimas que se encontravam a prestar serviço de apoio à confecção das refeições dos bombeiros; entravam de todo o lado relatos de mortos e mais mortos. Foi chocante, foi pavoroso, foi uma sensação de impotência muito grande.

Para além de ser impossível ausentar-me e sem comunicações móveis ou fixas foi impossível cuidar dos meus, os meus próprios pais tiveram que ser evacuados e de deixar tudo para trás, tal como os demais, eu tal como outros que alí se encontravam em serviço de missão tiveram alguém que lhe era próximo com a vida em risco tiveram bens em risco bens que depois acabaram consumidos pelo fogo.

Estive segunda, terça, quarta, quinta e sexta no cumprimento dos meus deveres, ora com apoio logístico alimentar aos combatentes; ora com descarga de mantimentos, águas e roupas que chegavam de norte a sul do País e do Estrangeiro; ora com a distribuição de bens à população, cheguei a estar às 23:30 do dia 17 no cruzamento da Barrada da Boa Vista juntamente com camaradas de direcção conduzindo ambulâncias por entre fumo denso, garganta e olhos irritados, para uma tarefa das mais inglórias que aqui não me atrevo a relatar e quando ainda se não fazia ideia do que estava para lá da barricada aí montada e do que o fumo e noite escondia, mas que nos tinha sido confiada e alguém a tinha que fazer.

A minha história é diferente da de muitos mas não é a única nem a mais honrada, outros experienciaram histórias e experiências mais arrepiantes, mais inglórias, com mais dignidade existem para poderem ser relatadas e lembradas para memória futura. E outros vivências mais fatídicas e impossíveis de serem sentidas por outros que não os próprios.

Apenas refiro o que refiro porque estive presente, era esse o meu dever, mas vi e vivi e como tal tenho que denunciar, tenho que alertar, tenho que dizer que o que aconteceu não se deveu apenas e só a um fenómeno da natureza, se é que a tal se deveu, longe vai a idade média onde o inexplicável era atribuído ao poder divino e era inquestionável.

Confere-me ainda legitimidade para intervir como estou a intervir o facto de nesta casa ter questionado e alertado, por diversas vezes, o Sr. Presidente da Câmara para aquilo, para o barril de pólvora, que todos, sem excepção, viam a olhos nus e persentiam há anos que viria a acontecer em Pedrógão Grande lembrando 1991. Nem os episódios vividos em Agosto de 2015, no incêndio que já mobilizara a Pedrógão 500 operacionais e 150 viaturas serviram de lição, serviram de alerta para correcções, emendas e essencialmente para adopção de medidas de prevenção ou para o início da execução das mesmas.

Assim o atesta o conteúdo da acta n.º 12 de Dezembro de 2015 da AM, onde questionei a incoerência em fazer aprovar o Regulamento Municipal de uso de fogo desacompanhado da regulamentação inerente à gestão dos combustíveis nos terrenos envolventes às edificações. Alertei que essa gestão não estava a ser feita pelos particulares. Já aí questionei quantos autos tinham sido levantados porque particulares já se tinham vindo queixar. – Ninguém ouviu! Chutaram para canto. Fomos informados que o Plano de Gestão Florestal não estava aprovado. Porém a lei já existia e era para ser cumprida.

Assim o atesta o conteúdo da acta de 30/09/2016 paço a citar o ali consignado “sobre a Limpeza florestal, referiu que, sendo o senhor Presidente da Câmara Municipal o responsável máximo pela Protecção Civil, não tem sido efetuado ordenamento florestal o que, em caso de incêndio, não pode ser imputada culpa aos Bombeiros Voluntários, entendendo dever efetuar-se articulação entre Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, na rentabilização de recursos” – O que foi respondido cito “a limpeza florestal está sendo realizada mediante as condicionantes de recursos físicos, humanos e materiais”. Pois concluo o resultado está à vista! Nada ou muito pouco foi feito – Promessas!

Assim o atestará o conteúdo das duas últimas actas da Assembleia Municipal onde afirmei que a floresta e a prevenção dos riscos de incêndio na floresta não estavam a ser acautelados; que breve iríamos assistir a uma catástrofe; que os caminhos florestais e estradões não se encontravam limpos; questionei que serviços estavam a ser feitos – Ninguém ouviu! Promessa atrás de promessa mas nenhuma acção digna de registo no terreno. Vem aí as camaras de vigilância (hoje ainda não sei se chegaram ou não a vir mas se vieram de certeza que nada evitaram nem a sua própria destruição pelo fogo) vem aí o exército para limpar? Onde? Quando começou? Que localidades foram abrangidas pela limpeza?

Relembro a intervenção do munícipe David Marques na Assembleia de 26/06/2015 a este propósito com a proposta e com as suas preocupações de ter uma floresta mais limpa. Resposta do Sr. Presidente “ o orçamento de estado não contempla as necessidades necessárias para o combate aos incêndios”. E o nosso contemplava? E de outros munícipes que na última Assembleia Municipal alertavam para os perigos, para as linhas de comunicações sobre pontos de abastecimento de água aos meios aéreos de combate. Tudo se chutou para canto!

Percorri as actas desta casa, não encontrei salvo erro de pesquisa ou de redacção quaisquer outras intervenções sobre a matéria. Mas mesmo assim pesa-me a consciência deveria ter alertado mais!

É assim que com toda esta legitimidade a que se soma os deveres inerentes à cadeira onde estou sentado que não posso deixar de levantar aqui e no lugar próprio ao Sr. Presidente da Câmara, chefe máximo da Protecção Civil do Concelho cujo incêndio registou 63 vítimas, no total de 64, em menos de 24 horas e com mais de 90% da sua área ardida em igual período e com dezenas e dezenas de habitações destruídas e outras tantas consumidas pelo fogo, várias e sérias questões e não posso deixar de fazer um juízo crítico do que vi, presenciei e constatei e do que nada foi feito.

Irei ser duro na presente interpelação, há perguntas a fazer; há respostas a dar; há justificações que imperam; há responsabilidades que carecem de ser apuradas; há negligências e omissões que não podem morrer no silêncio e no jogo do empurra; há esponjas que não se podem passar sobre o assunto.

O respeito pelas 64 vítimas e mais de duas centenas de feridos, a dor e o sofrimento de quem tudo ou alguma coisa perdeu; a destruição pelo fogo do banco popular da gente pobre que é a floresta - de quem hoje vende umas árvores para amanhã fazer obra, mudar um telhado - de quem da floresta retira directa e indirectamente o seu sustento merece respeito e o apuramento colectivo e pessoal do que aconteceu; de como foi possível; da responsabilidade colectiva e pessoal; tudo deve ser apurado para que se implemente uma política em termos de prevenção e combate a incêndios florestais contrária à que tem sido seguida, imposta e por nós consentida. Sejamos honestos! Sejamos sérios! As Câmaras Municipais incluindo a presente não cumprem cabalmente o seu papel, as razões poderão ser várias, mas não cumprem. Ponto.

O respeito e luto não é contribuir para que a culpa morra solteira, respeito requer indagar o que não foi feito e o que devia ter sido feito; as causas e concausas do incêndio e sua propagação; saber o que falhou e

onde; saber se houve ou não inoperacionalidade de meios; de comunicações; para que as vidas perdidas e que não se conseguiram salvar possam contribuir no futuro para a salvação de outras e para que as perdas de hoje não tenham amanhã sido em vão. Que ao menos se aprenda alguma coisa! Sejam honestos! Sejam sérios!

As responsabilidades que se assumem por inerência dos cargos não são por vezes, como é o caso, pessoais são políticas. Repito: As responsabilidades a assumir não são pessoais são políticas e são inerentes aos cargos que se ocupam e para os quais se foi eleito ou nomeado. Tão grave é a responsabilidade do político que manda e tem o poder de mandar e actuar como a irresponsabilidade do político que não mandou não actuou e se conformou.

Dirá V. Exa. que isto se trata de política. Chame-lhe o que quiser! Porém nesta sala quem ocupa a cadeira do político e a quem cabe tomar decisões e a quem cabe a gestão da polis, na área da protecção civil municipal aqui chamada à colação é V. Exa. que é por inerência o Director do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil . Ainda estará para vir o dia em que o político não possa ser questionado, em que o político não possa ser confrontado com as suas acções ou omissões, ainda esta para vir o dia em que nesta casa, nesta sede e nesta assembleia não se possa discutir a gestão da polis, isto é, a gestão da cidade a gestão do concelho porque “aqui del rei” estamos em luto e o que interessa é reconstruir isso agora não interessa é só politiquices.

Dirá V. Exa. que são eleições. Ainda estará para vir o dia em que a proximidade das mesmas impedirá as perguntas e sirva de desculpa e de bode expiatório para se omitirem as respostas, para se esconder incompetências, incoerências, deveres de acção omitidos e negligenciados. Há factos que são inegáveis!

Mas se falamos de eleições pergunto-lhe? Sabe qual foi o slogan da sua campanha em 2013? “Confiança no Futuro”. Veja-se o paradoxo! Sabe o que constava do seu programa eleitoral na rubrica “Floresta e agricultura” cito: “continuar a promover a limpeza dos caminhos florestais e de faixas de gestão de combustíveis para a prevenção dos incêndios”; “continuar a promover a replantação dos baldios municipais com espécies locais e com algumas experiências de novas espécies”. Quanto à primeira e só percorrer as áreas e as casas ardidas para se constatar o que não se fez. Quando ao segundo V. Exa. cancelou até o projecto piloto do anterior executivo para a plantação de novas espécies nos seus baldios e não plantou ou ordenou a plantação de uma única árvore de 2013 até presente data.

É vergonhoso o panorama político nacional quanto a esta matéria. Todos são culpados mas ninguém é culpado. O empurrar de responsabilidades; o de em menos de 24 horas entidades com responsabilidades de investigação criminal afirmarem categoricamente que o incêndio de deveu a causas naturais - fecha inquérito - e mais tarde - reabre inquérito; as contrariedades e incongruências nas justificações; os avanços e recuos nas explicações para o sucedido; o escorraçar da responsabilidade; os comentários e entrevistas apressadas para justificar politicamente o injustificável – Isto é uma das maiores catástrofes em Portugal.

É vergonhoso o silêncio que se pretende sobre o assunto e que alguns pretendem impor sobre este assunto. Somos um Concelho pequeno, grande no nome, sem grande representatividade no quadro empresarial, populacional distrital e nacional. Mas não somos uns coitadinhos!

Apure-se de forma serena o que há para apurar os portugueses, os voluntários, os bombeiros e as vítimas merecem o esclarecimento da verdade merecem que se retirem conclusões e ilações e se altere tudo quando correu mal.

É vergonhosa a estratégia e aproveitamento político a nível nacional e local de comentários ou suspeitas não confirmadas de suicídios pronta e imediatamente desmentidos e corrigidos pelos intervenientes. Todos se preocuparam por ser falso o facto dado por consumado mas todos negligenciaram a ou as tentativa(s) e ninguém se questiona porque é que depois de tais comentários os meios de apoio foram, de facto, reforçados.

É inqualificável Sr. Presidente as suas incoerências que depois de num primeiro momento se ter insurgido contra a leviana conclusão que a origem do fogo se deveu a causas naturais pugnando pela suspeição de fogo posto com inicio nos Escalos Fundeiros venha, num segundo momento, e certamente por foi mandado calar em altura que o país exigia explicações e o apuramento de responsabilidade, manifestar-se contra inquéritos contra o apuramento de responsabilidades. Assim o fez em várias entrevista áudio e vídeo que circulam por todo o lado. Afinal que interesses e desígnios é que passou a servir?

Inqualificável que o mais alto representante municipal da protecção civil do município assolado por uma calamidade nunca antes vista no país, publicamente se insurja contra o apuramento da verdade, contra relatórios das causas do incêndio dos factores dos meios de falharam, seja em comunicações seja na Protecção Civil a quem V. Exa. teceu duras críticas. Inqualificável que não queira saber porque é que as coisas aconteceram, quando critica falta de meios, quando diz que não lhe justificaram nada para a retirado do Posto de Comando de Pedrógão; quando diz que houve falhas.

Mas depois num terceiro momento aprova (e bem) em reunião de executivo de ontem uma moção em que se exige o apuramento “do que não correu bem” com o incêndio que começou no concelho e que causou a morte de 64 pessoas. Tando desnorte!

Não pode V. Exa. ficar apartado das responsabilidades muito menos pedir demissões de terceiros quando o Sr. falhou, falhou redondamente na sua própria casa e onde a responsabilidade recaia nos que estavam e não nos que já partiram. Falhou na prevenção e na protecção da sua casa não se muniu de trancas e deixou-os a todos expostos ao perigo.

Sejamos honestos. Falhou o Sr. e todos nesta casa com responsabilidades políticas na medida da proporção das suas responsabilidade e na medida da separação de poderes executivo e legislativo. Mas daqui ainda ouvi alertas e pedidos de esclarecimento até de populares que aqui vieram para o efeito. Mas as nossas responsabilidades não se comparam às suas. O Sr. está para o bem e para o mal porque para isso quis e

para tanto foi eleito. Não pode V. Exa. querer encarnar Pilatos e sacudir as mãos da culpa e distribuí-la por todos, uns não a aceitam, outros a não tem e outros até dela são inimputáveis.

Por muito que assim o queira não posso ser conivente com tal situação. O Sr. é um dos responsáveis. Não será o único, não será o mais culpado mas na medida da sua culpa não deixa de ser também co-responsável pelo sucedido.

Em concreto e perguntando:

Sr. Presidente em Agosto de 2015, sob a sua precedência, assistimos a uma grande incêndio no concelho, nem de perto nem de longe, com a dimensão do da pretérita semana. Porém já com alguma dimensão como supra referi. Pergunto. Porque razão o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil em vigor data de 2009? Foi o mesmo objecto de revisão? E quando?

Se não foi revisto quais as razões e porque não foi adaptado às necessidades de prevenção cada vez mais crescentes face à plantação sem regras, à ausência de uma gestão de combustíveis e ao abandono progressivo dos terrenos agrícolas e sua substituição por matos e florestas à cada vez maior desertificação dos lugares e aumento crescente das pessoas idosas?

Senhor Presidente é no cardápio dos meios e recurso elencados no Plano Municipal de emergência que se sabe os meios existentes e que podem ser accionados. O qual está a par da lista de contactos completamente desactualizado para além de não actualizado e desajustado às necessidades locais pelos motivos que já referenciei. Pergunto-lhe foi com base do desenrascanço que actuou?

Senhor Presidente que concretas medidas, agradeço que as enuncie e informe onde foram aplicadas, de prevenção V. Exa. tomou como chefe da protecção civil, de modo a precaver os riscos de incêndio?

Pergunto porque parte dos estradões florestais estavam intransitáveis. Porque inúmeras casas continham matos, arvores e silvas até às portas.

Que reuniões de concertação e de preparação antes da época dos incêndios, desde 2013 até há presente data V. Exa promoveu com as entidades com assento na Comissão Municipal de Protecção Civil de Pedrógão Grande?

Quantas vezes reuniu a Comissão Municipal de Protecção Civil de Pedrógão Grande este ano? No ano passado? Em 2014?

Pergunto. Quantos treinos e exercícios ao Plano de Emergência foram realizados de 2013 à data de hoje? Alguma vez foi feito envolvendo as entidades com assento na Comissão?

Quais os trabalhos que articulou com as Juntas de Freguesia e seus Presidentes na área da protecção civil?

Sr. Presidente foi accionado o estado de emergência municipal? Em que dia e altura? Quais as entidades que compunham a Comissão quando foi accionado? E como foram essas entidades e responsáveis contactados?

Porque razão só passadas mais de 120 horas, isto mais de 5 dias do dia 17, ou melhor, porque razão é que só no dia 22 é que duas das entidades previstas na Comissão Municipal da Protecção Civil, por sinal a que esteve na primeira linha de combate aos incêndios - os Bombeiros Voluntários e a que esteve na primeira linha de apoio à recepção de desalojados e refeições - a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, foram convocadas para o Gabinete de Crise que pela primeira vez meteram pé no local de funcionamento da Comissão, isto é, no Salão Nobre?

Sr. Presidente porque não convocou de imediato a Comissão Municipal da Protecção Civil no próprio dia 17 ou 18 quando já existiam confirmações de mortos e populações isoladas e se previa o aumento da catástrofe de modo a poder-se de imediato ou no dia seguinte começar a prestar auxílio às populações? Já que uma coisa é o posto de comando (virado ao combate) outra coisa a Comissão Municipal da Protecção Civil (virada ao apoio).

Sr. Presidente nestes 3 anos quantas queixas e denúncias deram entrada na CMPG e na GNR de munícipes preocupados com o mato, pinheiros, eucaliptais e silvados de terceiros a paredes meias com as suas habitações? Quantos autos de contra ordenação foram pelo Município levantados e concluídos por incumprimento à legislação vigente que obriga à gestão dos combustíveis num espaço de 50 metros envolvente às habitações? Pergunto quantos?

Sr. Presidente quando foi aprovado o Plano de Gestão Florestal?

Sr. Presidente que casos foram sinalizados e reportados aos GIPS? À GNR? Aos sapadores florestais? Quantos cortes e gestões de combustíveis foram assumidos pela autárquica com remessa da respectiva despesa aos responsáveis omissos na limpeza?

Que estradas florestais e caminhos de acesso foram pelo executivo mandados abrir? Onde? Em que localidades?

Sr. Presidente porque faltou água às populações dos Pobrais e a Vila Facaia do dia 17, antes mesmo de faltar a luz, entre outras de que ouvi falar mas sem conhecimento directo?

Sr. Presidente estavam os depósitos, ou outros equipamentos, de armazenamento responsáveis pelo envio da água às populações dotados de meios alternativos de energia que permitisse o seu funcionamento, tais como geradores, sem dependência da rede eléctrica? Que medidas em que circunstâncias verificou V. Exa. tal situação ou nunca verificou ou ordenou verificar?

Para onde foram remetidos e enviados os geradores municipais constantes do cardápio de meios à disposição da protecção civil e quantos geradores tem a CMPG?

Sr. Presidente que bocas-de-incêndio espalhadas pelo concelho se encontravam a funcionar? E que mangueiras e agulhetas de incêndio foram distribuídas às Juntas de Freguesia e populações para o efeito?

Sr. Presidente porque razão o centro de comando na zona industrial esteve aberto a tudo e a todos, sem segurança alguma, com um arraial montado de meios jornalísticos e televisivos porque é que zona de comando não foi salvaguardada e protegida?

Sr. Presidente porque razão é que só na segunda feira é se iniciou a distribuição de géneros alimentares e águas aos afectados? Quem promoveu a coordenação entre as várias entidades? É que nos bombeiros ninguém apareceu, nenhum responsável alí esteve, permaneceu ou passou tendo que ser a Direcção dos bombeiros a recepcionar alimentos, roupas e providenciar por equipamentos de frio.

Porque razão é que algumas entidades que foram para o terreno na segunda feira de manha distribuindo bens alimentares acolhidos na noite de sábado e no domingo nunca foram convocadas para reuniões de emergência e coordenadas por quem de direito e com responsabilidade na matéria?

Porque razão é que em zonas já ardidas e onde as pessoas passavam dificuldades e sem água não chegou ajuda no Domingo dia 18? Que meios foram enviados a essas populações e às freguesias da Graça e de Vila Facaia no Domingo e por quem?

Não sei se sabe mas parte do concelho a norte no domingo ainda andava a arder com uma frente oriunda de Góis assim como o sobreiro e atalaias mas em de Vila Facaia já tudo tinha ardido e a ajuda era premente. Premente mas não chegou assim como a uma parte da freguesia da Graça e de Pedrógão Grande.

Concluindo

Sr. Presidente falhou como chefe máximo da protecção civil, falhou a montante como Presidente da Câmara pela inércia e omissão de políticas preventivas porque ao contrário dos que lhe antecederam algumas, mas não todas, ainda foram implementadas agora no seu mandato nenhuma V. Exa. implementou.

Não peço a sua demissão. Acredito que tenha sofrido como os demais. O que lhe aconteceu a si como Presidente da Câmara Deus queira que não aconteça a nenhum outro; que se passem séculos sem que outros tenham sentido o que o senhor sentiu. O Sr. foi também uma vítima, vítima como qualquer outro autarca o seria se confrontado com o flagelo .

Sou sério Sr. Presidente. Não disse nas minhas palavras que o Sr. quando a bomba estourou não trabalhou, não acompanhou, não disse que o Sr. não tentou dar o seu melhor e tentou dar a resposta que melhor soube, mas sei que não foi a melhor, foi descoordenada, isolada e pontual, não cumpriu minimamente com o Plano Municipal de Emergentes a jusante e a montante da tragédia. V. Exa. não foi nem é capaz de mais! Mas não distribua a culpa a todos por igual.

As debilidades acentuaram-se em cenário de crise por muito que V. Exa. queira esconder o assunto propagandeando inocência e dever cumprido distribuído as culpas para todos nem noção das

responsabilidade que assumiu e que deveria ter por imperativo legal assumido. Não afundando o barco navegou mal, traçou rotas erradas e encalhou.

Dou aqui por findo o que tinha que lhe dizer e de lhe perguntar (duvido que responda a alguma coisa, não é do seu apanágio), porque é a hora de o dizer e de o perguntar. Centrarei as minhas energias no futuro e no que a todos importa na reconstrução, por isso e findando:

Uma palavra de esperança. Para o renascimento deste concelho, há que aproveitar a malograda tragédia que abriu a porta e a janela de uma oportunidade única para uma política séria de ordenamento florestal e agrícola, preventiva e produtiva, seja ela em forma de projecto piloto ou não, com ou sem banco de terras, sempre terá que ser concertada entre os três concelhos mais pobres e despovoados da zona norte do distrito de Leiria - Pedrógão; Castanheira e Figueiró. Há que aproveitar os focos mediáticos que estão sobre nós e fazer o nosso trabalho há que de facto aproveitar a ajuda técnica e a coordenação técnica alocada pelo poder central e bem, a estes concelhos e dar o exemplo. Há que exigir reformas mas há que as trabalhar.

Após a tragédia foram posicionadas no terreno várias equipas, que me parecem pelo que constatei serem capazes de levar a bom porto a reconstrução do Conselho, congratulo-me por efectivamente a Sra. Coordenadora, pessoa que desconhecia a Dr^a Ana Abrunhosa, se mostrar pessoa com uma capacidade de coordenação e organização invulgar, com um pragmatismo impar, acompanhada com uma equipa à altura e habituada à gestão de situações de calamidade parecidas ser pessoa à altura do desafio.

Sr. Presidente a minha crítica não é apontada à sua pessoa ao Sr. Valdemar Alves é apontada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande e às funções que desempenhou e essencialmente às funções que eram suas e não desempenhou às funções que enquanto Chefe Máximo da protecção civil municipal desempenhou mal. A falta de humildade e a ausência de um pedido de desculpas pelos erros e omissões e a incapacidade de assumir culpas pretendendo estar no mesmo grau do que a que um mero particular ou munícipe na escada da responsabilidade é triste. Como munícipe e como ex apoiante seu não estou magoado consigo pelo que fez! Pelo contrário é apenas única e exclusivamente pelo que não fez!

Acredito que todos somos mais fortes! Que temos a capacidade recuperar e recuperar bem que o Estado assumirá as suas responsabilidade mas temo que a fraqueza de uns poucos comprometam a força dos demais.

E disse! “

Documento que faz parte integral desta ata, do senhor Deputado Municipal Dr. **Ulisses Quevedo**.-----

“ Na sequência da tragédia que recentemente se abateu sobre a nossa região, começo por manifestar o meu pesar, junto de todos os enlutados, pela perda dos seus estimados familiares e amigos. Manifesto, também, o meu pesar pelos elevados prejuízos materiais, e emocionais, da generalidade dos habitantes da região e, em especial, dos pedroguenses. Por muito pouco avultados que tenham sido os prejuízos materiais de alguns, esse pouco, para quem pouco tinha e que sem nada ficou, é sempre muito, é incomensurável.

Louvo as manifestações, e as práticas, de solidariedade expressas por todo o país e, até, as de além-fronteiras. Um grande Bem-haja a todos!

Tudo indica que as prioridades já foram definidas e estão em marcha. Há que apoiar os familiares das vítimas mortais e reconstruir as casas de primeira habitação, as de segunda habitação ou de lazer, as arrumações e construções de apoio agrícola; na pecuária há que alimentar os animais...

Não é tempo de encontrar culpados, de “andar à caça às bruxas”. É tempo de olhar em frente, de preparar o futuro, de não deixar aos vindouros as armadilhas que fomos instalando ao longo dos últimos 40 anos (ocorreu em 1983 um grande incêndio no nosso Concelho e nada se fez para melhorar e disciplinar a floresta).

Muito se tem falado nestes dias da necessidade de se proceder à reflorestação com espécies endémicas. A seguir à reunião que teve lugar aqui em Pedrógão Grande, com o Governo e os Presidentes das Câmaras envolvidas pela catástrofe, no passado dia 28, Sua Excelência o Primeiro-ministro anunciou que os cinco concelhos seriam abrangidos por um *Projeto Piloto* de (Re)Ordenamento Florestal.

Mas, ainda ninguém se referiu (pelo menos eu não ouvi) à forma como se vai escoar a madeira queimada, tanto a que está em muito más condições como aquela que mantém todo o seu valor comercial. E, quanto à que continua a ter valor comercial, qual é o seu real valor? Sr. Presidente da Câmara, tem previsto criar alguma equipa com conhecimentos profundos sobre o real valor da madeira que possa informar, em especial, os pequenos proprietários, sobre a forma de escoar a sua madeira e de quanto deve receber por ela? Sr. Presidente, já admitiu a possibilidade de, em articulação com o Governo, solicitar a vinda de madeireiros de várias regiões do país, que estejam dispostos a pagar o real valor pelas árvores danificadas e de as retirar no mais curto espaço de tempo? Atendendo à dimensão da tragédia, não devem ser permitidas, na região, as leis do mercado, nomeadamente a da “oferta e da procura”. Mas, se esta lei tentar impor-se, Sr. Presidente, vai solicitar ao Governo, que o Estado se substitua aos comerciantes de madeira e que pague aos proprietários florestais o valor que as suas árvores tinham antes de ocorrer esta

tragédia? É de referir também os prejuízos a médio e a longo-prazo: muitos pequenos proprietários vendiam alguns pinheiros num ano, alguns eucaliptos noutro ano, vendiam a cortiça num outro e assim sucessivamente...

Se nada for feito neste sentido, de escoar os produtos florestais e, até, silvícolas, num curto período de tempo e a um preço justo, muitos pequenos proprietários não vão conseguir vender as suas árvores. E, um dia, ainda alguém os vai obrigar a retirar esses despojos florestais; mas, eles não vão ter recursos monetários para pagar a quem os retire dos vales e das encostas de declive acentuado. Pois, reflorestação alguma, reordenamento florestal algum, quer com espécies endémicas, quer com outras, se podem fazer sem primeiro retirar as árvores existentes.

Sr. Presidente, compromete-se em diligenciar no sentido dos proprietários florestais, em especial dos proprietários de pequenas parcelas, verem as suas árvores valorizadas e a respetiva madeira escoada de acordo com os valores praticados antes da tragédia se ter abatido sobre a nossa região? Vai diligenciar no sentido de os proprietários florestais, em especial os pequenos proprietários, serem indemnizados pelos prejuízos que vão ter a médio e longo-prazo? “

Documento que faz parte integral desta ata, do senhor Deputado Municipal **Américo Rocha**, em representação da Bancada do **Partido Socialista**.....

TRAGÉDIA EM PEDRÓGÃO GRANDE - 17 DE JUNHO DE 2017

Confesso ser este o momento mais difícil e em que mais me custa falar na qualidade de deputado municipal, é que tudo o que diga, digamos ou expressemos, de múltiplas formas, sobre a dor e a revolta que todos sentimos, todas elas com um denominador comum, o de serem completamente inúteis para as vítimas.

Dito isto, é com comoção e emoção que quero afetosamente, e em nome da bancada do PS, dar os pêsames e uma palavra de solidariedade às famílias e a todas as pessoas enlutadas pela perda dos seus familiares e amigos e desejar também que todos os feridos desta tragédia se restabeleçam rapidamente e ao mesmo tempo vão retomando as suas vidas.

Aos que “sobreviveram” fisicamente à tragédia, mas que perderam os seus haveres e o seu modo de vida, para além de nos solidarizarmos com todos, é nossa obrigação contribuirmos ativamente para que regressem rapidamente à normalidade, para isso pensamos ser este o tempo de unir esforços, dar solidariamente as mãos, ajudar a reparar e a reconstruir. O tempo do “ajustar contas” com o sucedido deverá ser uma prioridade de segunda escala.

Quero também, e em nome da bancada que represento, na pessoa do Sr. Presidente da República, cuja presença e contributo efetivo muito nos confortou, agradecer a todos os portugueses que se solidarizaram com Pedrógão Grande, ao governo, com a presença quase permanente de alguns dos seus membros, à proteção civil, aos militares (exército e marinha), ao INEM e a todas as instituições envolvidas, bem como a todos os movimentos espontâneos que foram surgindo por todo o país e até além-fronteiras, e, em especial, aos Bombeiros de Portugal, com destaque para as corporações mais próximas, como a de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos. Exaltar e agradecer o seu trabalho altruísta que, permanente e reiteradamente, coloca em perigo a sua própria vida é um dever cívico, ajudá-los é uma obrigação, nomeadamente em momentos de grande comoção geral, como é infelizmente o caso.

Futuramente, teremos de aprender a viver com fenómenos desta natureza e de, obrigatoriamente, passar a levar muito mais a sério os alertas da Meteorologia e da Proteção Civil. ”